

SEM AVANÇOS!

Bancos ameaçam mesa única e cláusulas de saúde

Um clima de perplexidade tomou conta da quarta reunião de negociação entre o Comando Nacional e a Fenaban, na terça-feira (21). Os bancos iniciaram a conversa ameaçando acabar com a mesa única de negociações, numa tentativa de separar os bancos privados das tratativas dos bancos públicos e, desta forma, enfraquecer a luta da categoria. O Comando Nacional reagiu e afirmou que a mesa única é uma conquista histórica, que fortalece e protege os trabalhadores e trabalhadoras tanto dos bancos públicos como dos bancos privados. A proposta de separar a mesa única é tão absurda que foi questionada inclusive pelos representantes dos bancos públicos presentes na reunião. Durante a reunião, a Fenaban também respondeu negativamente sobre a criação de um programa de juros baixos para os bancários saírem das dívidas, proposto pelo Comando Nacional na reunião anterior. A única proposta apresentada pela Fenaban para a redução do endividamento foi terminar logo a Campanha Nacional e adiantar o pagamento da PLR. A Contraf-CUT respondeu que o fim da Campanha depende dos bancos atenderem as justas reivindicações da categoria.



AMEÇA TAMBÉM À SAÚDE – Outro momento de tensão da reunião foi quando o Comando Nacional apresentou números da Consulta Nacional dos Bancários 2026, que comprovam um sério problema nos bancos: o adoecimento de bancárias e bancários, com aumento acelerado dos casos de doenças mentais. Nesse momento a Fenaban parou a negociação e chegou a ameaçar retirar todas as cláusulas de saúde já conquistadas na Convenção Coletiva de Trabalho. No entanto, diante da postura firme do Comando Nacional, que reiterou a importância do tema, os bancos concordaram em continuar a negociação de saúde na próxima reunião, agendada para o dia 30 de julho. [Clique aqui!](#)

BANCO DO BRASIL

CEBB denuncia metas abusivas e cobra solução definitiva para a Cassi

Na quinta-feira (23) a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) se reuniu com representantes do banco, na terceira rodada de negociações para renovação do acordo específico. A Comissão cobrou medidas para acabar com o assédio moral, com as metas abusivas e melhorar as condições de trabalho. Em uma consulta realizada com os bancários do BB, mais de 40% informaram depender de medicamentos controlados para trabalhar. O banco tenta atribuir esses índices a uma realidade geral da população, mas os números entre os funcionários e funcionárias são muito superiores. Para a CEBB, o enfrentamento desse cenário passa pela melhoria das condições de trabalho, fim das metas abusivas e do assédio. A Comissão também cobrou uma solução urgente e definitiva para a sustentabilidade da Cassi, lembrando que essa discussão já se arrasta há vários meses e, sem uma solução, a situação financeira da Cassi tem se complicado cada dia mais. Ainda durante a negociação, a CEBB reivindicou uma solução para a situação dos trabalhadores e trabalhadoras das PSOs, que enfrentam sobrecarga e acúmulo de funções.

[Clique aqui!](#)

CAIXA

Empregados cobram mudanças no PFG, no PCS e critérios transparentes para o PSI



Na reunião de negociação realizada com o banco na quinta-feira (23), a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa Econômica Federal cobrou avanços concretos nas cláusulas de condições de trabalho. O debate priorizou a necessidade de atualização da estrutura de carreira da Caixa, com novo Plano de Funções Gratificadas (PFG), novo Plano de Cargos e Salários (PCS) e regras objetivas, transparentes e democráticas para os Processos Seletivos Internos (PSIs). A Comissão quer critérios transparentes e que atendam as necessidades das empregadas e empregados e reforçou que as mudanças na organização do trabalho, nas funções e nos sistemas de avaliação e remuneração não podem continuar sendo feitas de forma unilateral pela Caixa. Outra cobrança foi a inclusão de cláusula específica sobre teletrabalho no Acordo Coletivo.

Diversidade – Junto com os dados sobre diversidade, cobrados pela representação dos empregados na primeira rodada de negociação, a Caixa apresentou uma proposta de cláusulas sobre equidade de gênero, diversidade e inclusão. A CEE/Caixa afirmou que a proposta é um ponto de partida que será analisada pela representação dos empregados. Sobre o Saúde Caixa, o ponto de maior destaque foi o reconhecimento, pela Caixa, de que o fim do teto de gastos do banco com a saúde do seu quadro de pessoal permite a retomada do modelo de custeio 70/30, garantindo sustentabilidade ao plano por pelo menos dois anos. A próxima reunião de negociação específica com a Caixa será realizada no dia 31 de julho. [Clique aqui!](#)

Caravana da Fetec-CUT/PR suspendeu o atendimento do Bradesco de Paranavaí



No dia 17/07, o Sindicato dos Bancários de Paranavaí recebeu os dirigentes da Fetec-CUT/PR e de seus Sindicatos filiados para o encerramento da caravana que realizou o lançamento da Campanha Nacional das Bancárias e Bancários 2026. A Caravana percorreu o estado durante o mês de julho, visitando as principais cidades de seus dez Sindicatos filiados e realizando atos de lançamento da Campanha Nacional em frente às principais agências bancárias de cada cidade em que era realizada. Em Paranavaí, o ato público foi iniciado pela agência local do Bradesco. Ao chegaram ao local, os dirigentes sindicais se depararam com o uso de produtos tóxicos usados na colagem do piso na sala de autoatendimento, em pleno horário de expediente, afetando bancários, clientes e usuários. O trabalho foi interrompido a pedido da presidenta do Sindicato de Paranavaí, Geogia Fernanda Zanelli Ferreira, mas horas depois os odores do material usado ainda continuavam muito fortes. Diante disso, a caravana da Fetec-CUT/PR decidiu fechar as portas da agência até o final do expediente. [Clique aqui!](#)

Paraná rejeita o pacto nacional contra feminicídios

Foto/Marcelo Camargo/Agência Brasil



Enquanto o Brasil enfrenta um cenário recorde de violência contra as mulheres, o Paraná permanece entre os estados que ainda não aderiram ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, iniciativa do governo federal voltada ao fortalecimento de políticas públicas para combater a violência de gênero através de ações integradas entre União, estados e municípios. A decisão do governo do Paraná chama atenção porque, segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o estado figura entre os que mais registram feminicídios no país. O Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná repudiou a não adesão do Paraná ao Pacto Nacional, afirmando que o enfrentamento ao feminicídio deve ser prioridade absoluta e compromisso permanente de todas as instituições públicas.

[Clique aqui!](#)

LEIA TAMBÉM:

Proteção às mulheres negras exige igualdade e direitos

[Clique aqui!](#)

SANTANDER

COE cobra respostas e avança sobre inclusão e condições de trabalho



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander realizou quarta-feira (22), a segunda rodada de negociações específicas com o banco. A COE cobrou respostas às reivindicações apresentadas na primeira reunião e apresentou novas demandas, como garantias de emprego, melhores condições de trabalho, licenças, diversidade, inclusão e sustentabilidade. A COE cobrou, por exemplo, a criação de mecanismos que impeçam dispensas imotivadas, a suspensão de novos processos de terceirização no banco e a abrangência do Acordo Coletivo para todos os funcionários e funcionárias, independentemente do cargo ou da remuneração. Também foi reivindicado o fortalecimento e a ampliação das medidas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. A Contraf-CUT destacou que todas as demandas apresentadas refletem as necessidades concretas das trabalhadoras e trabalhadores e que precisam ser incorporadas ao Acordo Coletivo, mas alertou que para isso as negociações precisam resultar em compromissos efetivos por parte do banco. As negociações entre a COE e o Santander terão continuidade no dia 28/07. [Clique aqui!](#)

Congresso adia pautas prioritárias da classe trabalhadora



O Congresso Nacional entrou em recesso parlamentar no dia 18/07, sem concluir a votação de propostas consideradas prioritárias para o país, principalmente para a classe trabalhadora. Entre elas estão o fim da escala de trabalho 6x1, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, a criminalização da misoginia, o marco legal dos minerais críticos e a regulamentação da Inteligência Artificial (IA). As atividades legislativas ordinárias serão retomadas somente no dia 1º de agosto. Até lá, deputados e senadores concentram suas agendas nas bases eleitorais e nas convenções partidárias. Ou seja, a maioria dos parlamentares está empenhada na campanha eleitoral de 2026, enquanto interesses da sociedade ficam para depois.

[Clique aqui!](#)